

7

8

11

12

13

14

25

27

31

32

33 34

35

37

38

39

40 41

42

43

44

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR PRO TEMPORE 2 (Consup) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA). Aos 23 (vinte e três) dias do mês de maio do ano de 2016 (dois mil e quinze), às 14h30min, no auditório do Campus da 3 4 UFCA em Juazeiro do Norte, situado à avenida Tenente Raimundo Rocha, S/N – Bairro: Cidade Universitária reuniu-se o Consup em reunião convocada e presidida pelo Prof. Ricardo Luiz 5 Lange Ness Fizeram-se presentes os (as) conselheiros (as): Valderez Oliveira Filgueira (Chefe 6 de Gabinete da Reitoria), Aluísio Martins de Sousa Júnior (Procuradoria Federal junto à UFCA), Demétrius Barbosa Cartaxo (Pró-reitor adjunto de Ensino), Francisco José de Paula 9 Filho (Pró-reitor de Pesquisa e Inovação), Cláudia Araújo Marco (Pró-reitora de Extensão), 10 Eduardo Vivian da Cunha (Pró-Reitor de Cultura), Roberto Rodrigues Ramos (Pró-reitor de Gestão de Pessoas), Silvério de Paiva Freitas Júnior (Pró-reitor de Planejamento e Orcamento), João Adolfo Ribeiro Bandeira (Diretor do Instituto de Estudos do Semiárido), Edilza Maria Felipe Vásquez (Diretora do Centro de Ciências Agrárias e da Biodiversidade), André Wesley Barbosa Rodrigues (Vice-Diretor do Centro de Ciências e Tecnologia), Diego 15 de Sousa Guerra (Diretor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas), Márcio Mattos Aragão Madeira (Diretor do Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Arte), Ledjane Lima 16 17 Sobrinho (Diretora de Assistência Estudantil), David Andriola Colares (Diretor de Infraestrutura), Maria Cleide Rodrigues Bernardino (Diretora de Cooperação Institucional) 18 19 Augusto Oliveira Tavares (Representante dos Coordenadores dos Cursos de Graduação), Herberty Di Tarso Fernandes Facundo (Representante docente de projetos de pesquisa), José 20 Robson Maia de Almeida (Representante docente suplente das Coordenações dos Cursos, 21 Projetos ou Programas de Cultura), Maria Silvana Alcântara Costa (Representante dos 22 docentes – Prof. Titular), Mário Henrique Gomes Pacheco (Representante dos docentes – Prof. 23 24 Associado), Plácido Francisco de Assis Andrade (Representante dos docentes - Professor Adjunto), Gracy Kelli Martins Gonçalves (Representante dos docentes – Prof. Assistente), Verônica Ribeiro Silva (Representante dos discentes dos cursos de graduação), Breno Àrleth 26 Pereira Noronha (Representante dos discentes dos cursos de graduação), Jackson Jarllan Lima Campos Generino (Representante dos discentes dos cursos de graduação), Paulo Júnior 28 29 Alves Pereira (Representante dos discentes cursos de graduação), Paulo André de Sousa Bezerra (Representante discentes dos cursos de pós-graduação), Cícero Joaquim Pereira 30 Macêdo (Representante dos servidores técnico-administrativos), Lucimara Alves Bandeira (Representante dos servidores técnico-administrativos), Felipe Cavalcante da Rocha (Representante dos servidores técnico-administrativos). Demais presentes: Lia Maria Silveira David (Coordenadoria dos Órgãos de Deliberação Coletiva), Francisco de Assis Nogueira (Secretário administrativo da Coordenadoria dos Órgãos de Deliberação Coletiva), Artur Costa 36 de Souza, Rute da Silva Leandro, Francisco Celestino de Andrade Filho, Mardônio dos Santos Aguiar de Oliveira, Yago Matheus Nunes Araújo, Cecília Ferreira dos Santos, José Everton Ferreira da Silva, Kelsma Maria Silva Gomes, Taciana Rita Santos Souza, Gabriela Silva Menezes de Oliveira, José Maria, Ericsson Coriolano, Pâmela Maria Queiroz Santana, Ingrid Mazza Matos Ramos, Polliana de Luna Nunes Barreto, Irma Gracielle Carvalho de Oliveira Souza (Vice-Diretora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas) e Ivânio Lopes de Azevedo Júnior e Maria do Socorro Vieira dos Santos (Representante suplente dos docentes - Prof. Associado) e Paulo Renato Alves Firmino (Representante suplente dos docentes - Professor Adjunto). Havendo quorum, o prof. Ricardo Ness cumprimentou os presentes e declarou abertos

1



46

47

48

49 50

51

52

53 54

55

56

57

58 59

60 61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77 78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

os trabalhos. 1. Aprovação da Ata da Reunião Anterior – A ata da 6ª reunião ordinária do Consup, realizada no dia 31 (trinta e um) de março de 2016 (dois mil e dezesseis) e da 22^a reunião extraordinária do Consup, realizada no dia 11 (onze) de abril de 2016 (dois mil e dezesseis) foi encaminhada aos endereços eletrônicos dos conselheiros para apreciação prévia no dia 09 (nove) de maio de 2016 (dois mil e dezesseis). Em plenária, as atas foram postas em deliberação e, posteriormente, aprovada por unanimidade, sem alterações. 2. Expediente. 2.1 -Inclusão de matéria na ordem do dia: Foi solicitada a exclusão dos pontos: Reformulação do Projeto Pedagógico do curso de História e Reformulação do Projeto Pedagógico do curso de Administração Pública . 2.2 – Exclusão de matéria na ordem do dia: Não houve exclusões. 2.3 - Justificativa de ausência de conselheiros: Não houve. 3. ORDEM DO DIA. (...) 3.1 -(Processo n.º 122391.0009572016-13) Emenda à Resolução nº 10/2013/Consup, que dispõe sobre a Administração Superior da UFCA: A Presidência, relatora da proposta, passou a palavra para as professoras Ingrid Mazza e Polliana Barreto, Diretora de Comunicação e Diretora de Articulação e Relações Institucionais com a Comunidade, respectivamente. Inicialmente a Profa Ingrid Mazza relatou que devido à incorporação da Coordenadoria de Comunicação à Diretoria de Comunicação (DCOM) surgiu a necessidade de propor uma emenda substitutiva ao art. 2°, inciso II, alínea "e" da Resolução nº 10/Consup, de 31 de outubro de 2013. A Prof.^a Polliana Barreto complementou propondo uma emenda supressiva ao artigo 2º, inciso V, alínea d, da supracitada resolução. Explicou que a Coordenadoria de Acessibilidade migrou da estrutura orgânica da universidade para a Diretoria de Articulação e Relações Institucionais com a Comunidade (DIARI). Após a explanação e sanadas as dúvidas dos conselheiros, não mais havendo ponderações, a matéria foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Documento gerado: Resolução n.º 34/Consup, de 23 de maio de 2016. 3.2 (Processo n.º 122391.0009562016-40) Emenda à Resolução n.º 04/2013/Consup, que trata da Diretoria de Articulação e Relações Institucionais com a Comunidade: A presidência, relatora da proposta, passou a palavra para a Profa Polliana Barreto, Diretora de Articulação e Relações Institucionais com a Comunidade. A diretora propôs emenda supressiva ao art. 2º, inciso IV, sob a justificativa de a mencionada diretoria não atuar na busca por patrocínio para as atividades artísticas e culturais e de apoio financeiro para execução de projetos em todas as áreas de atuação da UFCA. Complementou propondo uma emenda substitutiva ao artigo 3º, que passará a vigorar com a seguinte redação: "art. 3º A Diretoria de Articulação e Relações Institucionais com a Comunidade será regida por um(a) Diretor(a) e contará com um(a) Vice-diretor(a), nomeados(as) pelo Reitor(a). Após a explanação e sanadas as dúvidas dos conselheiros, não mais havendo ponderações, a matéria foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Documento gerado: Resolução n.º 35/Consup, de 23 de maio de 2016. 3.3 (Processo n.º 0122391.000004442016.86) Regimento Interno da Auditoria Interna: Novamente com a palavra e relatoria, a presidência passou a palavra para a Prof. Waleska Félix, chefe de auditoria interna. Explicou que a referida proposta visa regulamentar a auditoria interna da Universidade Federal do Cariri, órgão técnico de controle interno e assessoramento de gestão, nos termos da Resolução nº 10|CONSUP, de 31 de outubro de 2013. Disse que as disposições contantes no regimento seguem o rigor estabelecido na Portaria nº 915/2014 da Controladoria Geral da União (CGU). Complementou informando que a auditoria interna atuou a partir de setembro de 2015 (dois mil e quinze) e definiu sua estrutura interna e planejou suas ações nesse período. Propôs, ainda, antes da aprovação, a alteração do art 17, alíneas a e b, que passará a vigorar com a



90

91 92

93

94

95

96

97

98 99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112113

114

115

116

117 118

119

120

121

122

123

124

125 126

127128

129

130

131

132

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

seguinte redação: "a) em que tenha tido exercício há menos de 12 (doze) meses; b) dirigido por quem tenha sido seu chefe imediato, decorrido prazo inferior a 12 (doze) meses". Após a explanação, a Presidência declarou aberto o momento de discussão. Sanadas as dúvidas dos conselheiros, não mais havendo ponderações, a matéria foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Documento gerado: Resolução n.º 36/Consup, de 23 de maio de 2016. 3.4 (Processo n.º 0122391.0009592016.71) — Prestação de contas da ação 3.1 do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) referente à fiscalização de contratos de terceirização de serviços: A Presidência, relatora do processo, passou a palavra para a Prof.^a Waleska Félix, auditora interna, para tecer algumas considerações. A relatora disse que em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 001/2016, e consoante o estabelecido na Instrução Normativa nº 24 de 17 de dezembro de 2015, a auditoria interna apresenta por meio do relatório de auditoria nº 001/2016 os resultados dos exames realizados sobre a ação 3.1 – Fiscalização de contratos de terceirização de serviços. Explicou que tais recomendações visam aprimorar os controles internos da área auditada: Coordenadoria de Contratos, vinculada à Pró-Reitoria de Administração e Coordenadoria de Terceirização, vinculada à Diretoria de Gestão de Serviços (DGS). Informou que foram geradas 6 (seis) informações, que são achados de auditoria sem necessidade de monitoramento, 10 (dez) constatações e 17 (dezessete) recomendações. Falou que considerando o que estabelece a Instrução Normativa supramencionada, em seu art.13, que dispõe que as unidades de auditoria interna, ao final de cada trabalho realizado, enviarão, pelo menos, o resumo dos relatórios de auditoria ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria ou órgão equivalente ou, em sua falta, ao dirigente máximo do órgão ou entidade, a auditoria interna traz os resultados dos trabalhos para o Conselho Superior pro tempore para apreciação. Informou que após a aprovação do Consup, o relatório será encaminhado à Controladoria Geral da União (CGU) e a auditoria interna deverá também enviar relatórios gerencias mensais para verificação do cumprimento das recomendações apontadas. Informou ainda que a Pró-Reitoria de Administração e Diretoria de Gestão de Serviços, com o apoio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, irão realizar a capacitação de fiscais dos contratos, já em atendimento a uma das recomendações geradas. Após a explanação, a Presidência declarou aberto o momento de discussão. Sanadas as dúvidas dos conselheiros, não mais havendo ponderações, a matéria foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Documento gerado: Anexo II da Resolução nº 25/Consup, de 31 de março de 2016. 3.5 (Processo nº 23067.018485/2014-22) - Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de História: O Pró-Reitor adjunto de Ensino, Demétrius Cartaxo, iniciou sua fala relatando que a presente proposta visa reformular o Projeto pedagógico do curso de História, modalidade bacharelado, nos termos constantes no Parecer da Coordenadoria de Ensino de Graduação emitido em 11 (onze) de maio de 2016. Explicou que a reformulação contempla as seguintes mudanças: o curso será organizado em 7 (sete) períodos, totalizando 2.440 h/aulas, distribuídas da seguinte forma: 200h total de atividades complementares, 192h/aulas para atividades obrigatórias (Trabalho de Conclusão de Curso e Estágios I e II) e 2.048h como total das disciplinas; o período de duração mínimo do curso será de 3,5 anos (três anos e meio), equivalente a 07 (sete) períodos e prazo máximo de 5,5 anos (cinco anos e meio), equivalente a 11 (onze) períodos; as ênfases do curso passará de Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural e Gestão do Patrimônio Socioambiental para uma ênfase denominada Gestão do Patrimônio, a partir do semestre 2017.1; componentes curriculares em módulos, com a pretensão de evitar o problema do prolongamento desnecessário



134

135 136

137

138

139

140

141

142

143

144

145 146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157 158

159

160

161

162 163

164

165

166

167 168

169

170

171

172173

174

175

176

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

da formação e possibilitando a conclusão do curso em menos de 4 (quatro) anos letivos, observando-se o parecer CNE/CES Nº 8/2007, disse o relator. Informou ainda que consta no processo o Parecer favorável do curso de História e devidamente aprovado em reunião da Câmara de Ensino. Após a explanação, a Presidência declarou aberto o momento de discussão. O Prof. Jucieldo Ferreira Alexandre, coordenador do curso de História, esclareceu que com a unificação das ênfases supramencionadas para Gestão do Patrimônio, tal ênfase única abordará tanto a discussão histórica e cultural quanto o debate ambiental. Falou sobre a estrutura modular, que, após discussão entre membros da unidade acadêmica, consideraram esse modelo adequado para a atual situação do curso que suspendeu, conforme decisão do Consup, a oferta de novas vagas em caráter temporário. Relatou que vários alunos se afastaram das atividades acadêmicas do curso, com relatos baseados em questões profissionais. O Prof. Herbert di Tarso questionou o prof. Jucieldo Ferreira acerca da organização dos módulos, se serão dispostos por temáticas. O Prof. Jucieldo Ferreira esclareceu que a ordem original dos componentes curriculares será mantido, transformando-os em módulos. Além disso, disse que esse modelo foi discutido e amadurecido entre os membros do curso de história, com a participação de servidores docentes e discentes. Em resposta aos questionamentos levantados pelos professores Plácido Andrade e Silvana Alcântara acerca da assimilação do conteúdo no formato modular, a prof.ª Priscilla Régis esclareceu que a proposta do fornecimento de disciplinas por módulos visa garantir o envolvimento e aprofundamento do conteúdo pelos discentes de forma mais efetiva. Explicou que a unidade acadêmica recebe alunos de outras cidades, que em sua maioria trabalham e estes se mostram interessados em dar continuidade ao curso de graduação, mas que o atual modelo de componentes curriculares dificulta o processo de aprendizagem, pois o conteúdo repassado em 5 (cinco) disciplinas ofertadas simultaneamente não é assimilado pelos alunos com o perfil relatado. O discente Paulo Júnior sugeriu que seja realizada uma consulta aos alunos da unidade acadêmica acerca das mudanças propostas ao curso de História e, em resposta, a Profa Priscilla Régis esclareceu que as propostas já foram discutidas em reunião entre os docentes e discentes do Instituto de Estudos do Semiárido. Sanadas as dúvidas dos conselheiros, não mais havendo ponderações, a matéria foi colocada em votação e aprovada por maioria simples, 18 (dezoito) votos, com 11 (onze) abstenções. Documento gerado: Resolução n.º 37/Consup, de 23 de maio de 2016. 3.6 (Processo nº 23067.018485/2014-22) - Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública: A Presidência passou a palavra para o Prof. Augusto Tavares para tecer algumas considerações. O docente disse que o curso de Administração Pública, por estar situado no campo de públicas, constatou a necessidade de realizar algumas adequações em seu projeto pedagógico no que diz respeito a inclusões e exclusões de disciplinas e atualizações em ementas, matérias estas já discutidas no colegiado do curso interessado e na câmara de ensino. A proposta, nos termos constantes no Parecer da Coordenadoria de Ensino de Graduação, emitido em 25 de abril de 2016, que contempla a alteração da denominação do curso para Administração Pública e Gestão Social e o aumento do tempo de integralização do curso de 4 (quatro) anos para 4,5 (quatro anos e meio) foi colocada em votação e aprovada por unanimidade após a abertura do momento de discussão sem ponderações. Documento gerado: Resolução n.º 38/Consup, de 23 de maio de 2016. Após a explanação desse ponto de pauta, o prof. Ricardo Ness passou a presidência para o Prof. Roberto Rodrigues Ramos para conduzir os trabalhos. 3.7. Renúncia da Reitora, Encaminhamentos e Nota do Centro Acadêmico de Jornalismo Xico Sá: os temas constantes em pauta por decisão, o Prof. Roberto Ramos disse que a nota da



179180

181

182

183

184

185

186 187

188

189

190

191

192

193 194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205206

207

208

209

210

211

212

213214

215

216

217

218

219

220

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

reitora sobre a renúncia foi encaminhada por e-mail à comunidade acadêmica e aos alunos pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA, na qual indicam os motivos que levaram a sua renúncia, pessoais e de saúde, e explicou que a Profa Suely Chacon solicitou redistribuição para a Universidade Federal do Ceará - UFC - alegando, além dos motivos supracitados, a atual conjuntura política de incertezas, que fez com que ela desse prosseguimento ao processo de redistribuição com pressa. O Prof. Roberto Ramos informou que as vagas da Prof.^a Suely Salgueiro Chacon e Prof.^a Verônica Salgueiro do Nascimento foram cedidas pela UFC à UFCA. Disse, ainda, que considera importante a comunidade acadêmica se manifestar por meio de assembleia acerca da vontade da comunidade a partir do pedido de renúncia da reitora para encaminhamento ao Ministério da Educação. O conselheiro Breno Árleth pediu a palavra e fez a leitura de uma nota acadêmica assinada pelo Centro Acadêmico de Jornalismo Xico Sá e pelo Centro Acadêmico do curso de Administração Pública. Após a leitura, o Prof. Heberty di Tarso parabenizou os discentes do curso de jornalismo pela nota e disse que essa atitude deve servir de exemplo para outras instâncias da universidade. Pediu à Presidência a anexação da nota da Prof.ª Suely Chacon e da nota do Centro Acadêmico de Jornalismo Xico Sá à ata da reunião, que, por decisão do plenário, será anexada à ata original e disponível na Coordenadoria dos Órgãos de Deliberação Coletiva desta universidade. Após a decisão, a Presidência passou a palavra para o Procurador Federal junto à UFCA, Aluísio Martins, que teceu considerações a respeito da Reitoria Pro tempore. O Procurador disse que o objetivo da explanação é versar sobre os aspectos legais envolvidos com a vacância e provimento do cargo de reitor. Explicou que há um pedido de renúncia da reitora, mas ainda não há uma portaria do Ministro da Educação ou Decreto presidencial que trate da exoneração da reitora. Sobre a legalidade do pedido, após questionamentos dos conselheiros sobre o assunto, disse que não há como explicitar já que o processo de pedido de redistribuição com toda a documentação apresentada está no Ministério da Educação. Falou que no caso de vacância do cargo, que ocorrerá após a publicação de documento oficial, poderá ocorrer a indicação de um reitor pro tempore ou a decisão pela permanência do vice-reitor no exercício da reitoria até a escolha do reitor pela lista tríplice. Apresentou a legislação aplicável ao caso, que deve considerar que: a) "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (art. 206, Constituição Federal); b) "Enquanto não for aprovado o Estatuto e o Regimento Geral da UFCA, será ela regida pelo Estatuto e pelo Regimento Geral da UFC, no que couber, e pela legislação federal" (art. 1º da Resolução CONSUP/UFCA nº 02/2014; c) "em caso de vacância do cargo de Reitor, o Vice-Reitor assumirá o exercício do cargo" (art. 24, § 1°, do Estatuto da UFC); d) "A Reitoria, órgão superior executivo da Universidade, será exercida pelo Reitor, na forma do Estatuto" (art. 31, Regimento Geral da UFC); e) "Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade" (art. 38, caput, da Lei nº 8.112/90) e que "o substituto assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo ou função de direção ou chefia e os de Natureza Especial, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo, hipóteses em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o respectivo período" (art. Estatuto 1°, da Lei no 8.112/90). Acerca da proposta de 38,



222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235236

237

238

239

240 241

242

243

244

245

246

247

248

249

250 251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

(http://www.ufca.edu.br/portal/files/Proposta de Estatuto UFCA ok.pdf) da UFCA, Procurador Federal contribuiu com a redação do documento, as quais foram registradas por membro da Comissão Especial Estatuinte presente na sessão. O Prof. Eduardo Vivian pediu maiores esclarecimentos sobre o prazo para a substituição no caso de vacância, e, em resposta, o Procurador Federal Aluísio Martins disse que o vice-reitor estará no exercício da reitoria até que o Ministro da Educação publique o ato de nomeação de Reitor pro tempore ou até que a escolha do Reitor seja efetivada dentre os nomes constantes na lista tríplice, que só poderá ocorrer após a aprovação do Estatuto da UFCA. Esclareceu que a nomeação antes da aprovação do Estatuto, se for realizada, será para um mandato pro tempore. Com o estatuto aprovado, a UFCA deve encaminhar a lista tríplice ao Ministério da Educação em até 60 (sessenta) dias, disse o procurador. Quanto ao pedido de manifestação da Profa Suely Chacon para explicar o ocorrido, a presidência disse que ficará a critério da reitora se manifestar; quanto ao pedido de meios internos para normatizar as redistribuições de servidores e barrar o vício em atender interesses particulares no sistema público, o Prof. Roberto Ramos disse que a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas preparará uma proposta de regulamentação e fará um debate para a definição de normas internas; quanto à nomeação de cargos de confiança na UFCA, o presidente da sessão disse que considera importante a definição e transparência das atribuições de cada ocupante de cargo de gestão e que a quantidade de cargos ocupados na gestão deve estar ligada às especificidades e demandas de cada instituição; quanto ao trecho da nota "condenamos, o segundo silêncio criado, aparentemente para esquecer o caso da redistribuição, após a informação de que o vice-reitor Ricardo Ness já estava negociando para assumir o cargo de reitor, logo a comunidade acadêmica seria beneficiada por ser descartada a possibilidade de um interventor a par das singularidades da UFCA", o Pró-reitor de Gestão de Pessoas falou que não concorda com a ocorrência de um "segundo silêncio", já que estão ocorrendo muitos momentos de discussão sobre o tema e compartilhamento de informações em assembleias. A chefe de gabinete da Reitoria, Valderez Filgueira, informou que o Prof. Ricardo Ness está pedindo orientações ao Ministério da Educação acerca dos encaminhamentos que devem ser realizados pela UFCA para normalizar a situação institucional. A representação estudantil se manifestou reiterando a existência do silêncio institucional, pedindo mais transparência das ações previstas pela gestão. O Prof. Heberty di Tarso pediu esclarecimentos acerca da possibilidade de o Conselho Superior deliberar pelo impedimento da reitora e o Procurador Federal Aluísio Martins explicou que, na ocorrência de previsões estatutárias ou regimentais, tal pedido fundamentado teria que ser formalizado em processo. O procurador complementou considerando que, diante do pedido da renúncia da reitora em tramitação, provavelmente não haveria tempo suficiente para a conclusão do processo. Além disso, informou que o processo administrativo contra dirigentes máximos das instituições são abertos pelos ministros de Estados. A Profa Waleska Félix, não conselheira, pediu o uso da palavra à presidência e relatou sobre o zelo que se deve ter aos posicionamentos baseados em informações não confiáveis, especificamente no que diz respeito à suposta negociação do vice-reitor para assumir o cargo de reitor, já que não há nenhuma previsão legal para que isso ocorra sem a aprovação prévia do estatuto. O Prof. Francisco José de Paula Filho complementou falando que os assessores da UFCA têm atribuições específicas que devem ser valorizadas, citando o assessor Prof. Marcelo Santiago que "desenvolve um trabalho na Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação com dedicação", disse. Defendeu ainda a retirada das notas à ata, considerando que a posição defendida não representa todas as categorias da universidade,



266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301 302

303

304

305

306 307

308

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

claramente visualizada quando a nota é assinada por centros acadêmicos de apenas 2 (dois) cursos de graduação. A Presidência informou que o pronunciamento da decisão já foi registrado e não haveria mais quorum para novas deliberações. O discente Paulo defendeu a não supressão de trechos na nota do Centro Acadêmico de Jornalismo Xico Sá, em razão da deliberação da entidade de base dos discentes do curso de Jornalismo em assembleia. O Prof. Ericsson Coriolano, não conselheiro, pediu o uso da palavra à presidência e relatou que enxerga um desejo de punição e justica nos relatos, mas que não há como julgar a Prof.ª Suely Chacon diante do seu pedido de renúncia. Falou que nas discussões em assembleias foi dado apoio ao Prof. Ricardo Ness para que ele, como vice-reitor, procurasse o Ministério da Educação em defesa da universidade. Quanto aos questionamentos acerca da quantidade de assessores, o Prof. Ericsson falou que esses membros da gestão e os pró-reitores podem criar um momento para exposição dos trabalhos que estão sendo realizados e suas atribuições. Disse que o momento é de união e defendeu a anexação da nota do Centro Acadêmico Xico Sá à ata, pois considera legítima. A discente Pâmela Queiroz, não conselheira, pediu o uso da palavra e reiterou que a nota foi construída por um grupo maior de alunos e nem todos podem estar presentes nos espaços deliberativos da universidade por exercerem atividades profissionais, pedindo mais transparência e aproximação entre a gestão da UFCA e os alunos, além do aprimoramento da comunicação. O Prof. Eduardo Vivian defendeu a anexação da nota supracitada à ata, considerando importante essa iniciativa e manifestação pública dos alunos, mas alertou para a necessidade de cautela diante das especulações apontadas no documento. Acerca do conteúdo da nota quanto ao silêncio citado na nota, disse que a UFCA está criando espaços de debates e que esse tema está sendo discutido abertamente. "Feliz a universidade que tem um movimento estudantil com capacidade de questionar e de ouvir questões, de criticar e de ser criticado", disse o servidor técnicoadministrativo Thiago Rodrigues, produtor cultural, que pediu o uso da palavra à presidência. Defendeu também a anexação da nota supracitada à ata, relatando que considera a nota assinada pelos Centros Acadêmicos de Jornalismo e Administração Pública mais legítimas do que um Conselho Superior de caráter Pro tempore. Complementou afirmando que a construção do discurso de unidade dependerá de um tratamento igualitário entre servidores técnicoadministrativos e docentes, discentes e comunidade envolvida com as ações da universidade. A representação discente não conselheira disse que acredita ter ocorrido uma má interpretação da nota e esclareceu que o silêncio citado na ata diz respeito a uma possível ocorrência de um "abafamento" do caso das redistribuições da Prof.ª Suely Chacon e Verônica Salgueiro, caso o Prof. Ricardo Ness assumisse a reitoria. Diante disso, complementou que o trecho da nota não deve ser interpretado como uma crítica a uma possível negociação do vice-reitor para assumir o cargo de reitor, o que considera ser um processo natural, já que foi dado apoio ao Prof. Ricardo Ness em assembleia para assumir a reitoria e reforçada a não aceitação de outra pessoa no cargo. O discente Paulo disse considerar a discussão sobre o conteúdo da nota sem propósito, visto que o objetivo do diálogo é a definição dos encaminhamentos que o Consup julga necessário nesse momento quando não está descartada a possibilidade de uma possível intervenção externa. A representação discente não conselheira, na concessão do uso da palavra, reiterou a anexação da nota à ata, reafirmou a necessidade de cobrar resultados aos assessores da instituição e pediu melhorias na comunicação. A Prof.ª Cláudia Marco pediu reflexão acerca da anexação de notas em ata sem a verificação da representatividade envolvida, que deve, segundo ela, ter a representação de todas as categorias da universidade e/ou da maioria dos Centros Acadêmicos.



310

311312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345 346

347

348

349

350

351

352

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

Por fim, a Presidência complementou falando na necessidade de estabelecer encontros específicos para debater vagas de concursos, pedidos de afastamentos e de redistribuições, já que os temas exigem um amplo debate e não constam em pauta. Acerca dos encaminhamentos que deveriam ter sido dados, a presidência disse que, à medida que a matéria foi sendo discutida com maior clareza, percebeu-se que deveria ter sido aprovada uma moção de apoio ao Prof. Ricard Ness, pois considera que ele vem atuando com compromisso e em defesa da universidade nesse momento crítico. Porém, devido a ausência de quorum para deliberações, a proposta será adiada. Sanadas as demais exposições e dúvidas não relativas à matéria tratada, os pronunciamentos da reitora e do Centro Acadêmico de Jornalismo Xico Sá foram anexados à ata original, conforme deliberação. 4. Comunicações dos Conselheiros: a) O Prof. Silvério de Freitas comunicou que amanhã, dia 24 de maio, a partir das 8h, será realizado um encontro com os gestores para dar continuidade aos trabalhos do Plano de Desenvolvimento Institucional, em que será discutido o tema Controles Internos, Gestão de Riscos e Governança. Informou também que hoje está acontecendo um encontro sobre projetos institucionais na programação dos trabalhos do Plano de Desenvolvimento Institucional. b) O Prof. Francisco José de Paula Filho informou que entre os dias 15 e 17 de junho será realizado o II Encontro de Iniciação Científica da UFCA, que conta com 60 (sessenta) trabalhos inscritos e, paralelamente ao evento, será realizado o I Fórum de Inovação e Empreendedorismo com a parceria do Instituto Federal do Ceará de Juazeiro do Norte e com a participação do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Ceará - SFIEC, do Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, das empresas juniores da universidade e de alunos egressos empreendedores. Estendeu o convite a todos os membros da comunidade universitária. Comunicou ainda que está prevista a concessão da bolsa de empreendedorismo universitária para incentivar o empreendedorismo entre os discentes. c) o Prof. Eduardo Vivian da Cunha informou que no dia 31 de maio será realizado um debate sobre a atual conjuntura política nacional e o papel da cultura. Convidou os interessados a compor a Câmara de Cultura, que dispõe de vagas para servidores técnico-administrativos e docentes. d) o Prof. Augusto divulgou a realização dos eventos: V Café Debate com a temática "Mulher e Direito à Cidade: A Liberdade de Criar e Recriar Nosso Espaços e a Nós Mesmas", hoje, a partir das 18h no auditório da UFCA, campus Juazeiro do Norte; Discussão sobre Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural a partir de um estudo de caso do museu do Crato, promovido pelo Núcleo de Pesquisas e Práticas Contábeis, amanhã, dia 24 de maio; Ciclo de Debates Caminhos e Descaminhos da Democracia Brasileira: "Partidos Políticos e Presidencialismo de Coalizão", no dia 30 de maio, a partir das 18h30, no auditório da UFCA, campus Juazeiro do Norte. e) O servidor técnico-administrativo Felipe Cavalcante da Rocha, membro da Comissão Especial - (comissao.estatuinte@ufca.edu.br), CEE apresentou a (http://estatuinte.ufca.edu.br/) que irá receber as contribuições online ao documento-base (http://www.ufca.edu.br/portal/files/Proposta de Estatuto UFCA ok.pdf) para regulamentar o Estatuto da UFCA e informou que os seminários por unidade acadêmica estão previstos para ocorrerem nas datas: 1º (primeiro) de junho, em Crato, às 09h; 3 (três) de junho, em Juazeiro do Norte, às 09h; 7(sete) de junho, em Icó, às 18h; 09 (nove) de junho, em Barbalha às 09h; 10 (dez) de junho, em Juazeiro do Norte às 18 h e 13 (treze) de junho, em Brejo Santo, às 18h. O servidor Francisco de Assis Nogueira, presidente da CEE, informou que além dos seminários organizados pela comissão, também poderão ser realizados eventos independentes com a participação de membros da comissão. Disse ainda que a data para a finalização dos trabalhos da

N



comissão está prevista para o dia 14 (quatorze) de julho do corrente. f) o Prof. Mário Henrique Gomes Pacheco informou que a Comissão Permanente de Pessoal Docente está atuando na universidade e está à disposição para sanar eventuais dúvidas acerca de processos de redistribuições e demais processos no âmbito da sua competência. Após a explanação das comunicações, o prof. Ricardo Ness passou a presidência para o Prof. Roberto Rodrigues Ramos para conduzir os trabalhos. 5. Comunicações da Presidência: a) O Prof. Ricardo Nesse disse que esteve em reunião na semana passada na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES e, em encontro com representantes das 10 (dez) novas universidades que foram criadas após o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, foram discutidos questões relativas às necessidades dessas universidades que ainda estão em processo de implantação. Informou ainda que dessas 10 (dez) universidades, 6 (seis) têm gestões pro tempore, estando a UFCA nesse grupo. Disse que todas as universidades estão em processo de aprovação do Estatuto e que foi sugerido a realização por todas as universidades do mesmo procedimento adotado pela UFCA: protocolização no Ministério da Educação de um documento que relata o cronograma do processo de criação do Estatuto e a previsão das eleições. Disse também que em decorrência da conjuntura política nacional, o Ministério da Educação está passando por um momento de transição da equipe e a interlocução entre as universidades com esse ministério ainda está sendo reestabelecida. Após a explanação dessa comunicação, o prof. Ricardo Ness passou a presidência para o Prof. Roberto Rodrigues Ramos para conduzir os trabalhos. b) Havendo deliberação no informe sobre a renúncia da Reitora e encaminhamentos, relata-se a discussão da matéria no ponto de pauta 3.7 desse documento. Às 17 horas e 36 minutos, nada mais havendo a tratar, a presidência agradeceu o comparecimento dos conselheiros. Para constar, eu, Lia Maria Silveira David, secretariando os trabalhos, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada por mim e pela Presidência.

Ricardo Luiz Lange Ness

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377378379

380 381 382

383 384 Lia Maria Silveira David



NOTA DA REITORA AO CONSUP

Para esclarecer as questões levantadas durante essa semana acerca da Reitoria da UFCA, me dirijo agora aos senhores conselheiros e à comunidade acadêmica.

Como já foi antecipado aos gestores da UFCA e a alguns membros da comunidade acadêmica em reunião na última terça-feira, tenho passado por diversos problemas pessoais e de saúde. E a minha situação pessoal, aliada a atual conjuntura política e institucional pela qual passa o país, foram os fatores que me levaram a tomar algumas decisões na semana passada que relato a seguir. Sabendo das minhas dificuldades pessoais e de saúde e de que por isso eu precisaria voltar a Fortaleza, fui aconselhada pelo Prof. Jesualdo Farias a dar prosseguimento com o processo para a minha redistribuição para a Universidade Federal do Ceará. Processo esse que eu só pretendia iniciar após concluir minhas obrigações com a UFCA, entregando a reitoria para a próxima gestão eleita. Contanto, considerando as profundas incertezas inerentes ao momento político que vivemos, ele achou conveniente que fizéssemos isso logo, enquanto ele ainda estava na Secretaria de Educação Superior - SESU e tentaria dar urgência. Diante dessas ponderações, aceitei os conselhos para dar início ao processo de redistribuição, entretanto coloquei a minha decisão de entregar o cargo de reitora ao MEC, independente das incertezas. Pois achei que era o mais adequado. No entanto, foi pedido que eu ficasse até as eleições na UFCA. Pedido que, aliás, foi feito a todos os reitores pró-tempores que também manifestaram desejo de renunciar. O argumento foi de que seria ruim para as universidades que os reitores saíssem nesse momento de turbulência política. Correndo-se o risco de ser nomeada para o cargo uma pessoa alheia aos processos da instituição. Por conta desse apelo, naquele momento, aceitei continuar.

A polêmica gerada com a notícia da minha redistribuição foi exacerbada, e isto é muito ruim para a UFCA. É preciso retomar a normalidade na Universidade. Compreendo as dificuldades que todos nós já enfrentamos. Entendo que ainda estamos no auge das emoções, o que não nos ajuda a perceber com clareza os fatos, as intenções e as consequências de tudo para a UFCA. O momento político é delicado internamente e externamente. O fato é que, por diversas razões pessoais, eu realmente não me encontro em condições de continuar no cargo. E o pedido de redistribuição também foi devido a essas razões. Assim, caso seja entendimento do Conselho Superior, coloco o cargo de reitora à disposição.

Agradeço imensamente a compreensão e solidariedade que tenho recebido de quase todos vocês. E conto com o bom senso e a serenidade de todos para encaminharmos como for melhor esse momento de transição.



NOTA DA REITORA À COMUNIDADE ACADÊMICA DA UFCA

Para esclarecer as questões levantadas durante os últimos dias acerca da Reitoria da UFCA, e sobre o meu processo de redistribuição para a UFC, bem como dar outros encaminhamentos, me dirijo agora à comunidade acadêmica.

Como já foi relatado no CONSUP, tenho passado por diversos problemas pessoais e de saúde. E a minha situação pessoal, aliada a atual conjuntura política e institucional pela qual passa o país, foram os fatores que me levaram a tomar algumas decisões. O que relato a seguir.

A excepcionalidade desse meu processo de redistribuição se deveu à também excepcionalidade do momento político. Esperava dar início ao processo apenas no segundo semestre de 2016. Era assim que estava sendo encaminhando. Ainda estava conversando com a UFC, nossa tutora, e com a SESu para organizar minha saída do cargo com calma para o final do semestre ou até antes. Mas, depois do dia da aceitação do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados, tudo se atropelou. Quando recebemos o pedido de redistribuição da UFC, fomos ao MEC pedir orientações. Se dávamos encaminhamento ou não, diante das circunstâncias. Considerando todas as incertezas quanto a esse governo interino, chegamos à conclusão de que era melhor tentar iniciar o processo logo, antes da saída do governo. E lá mesmo o processo se iniciou. Por isso não passou por outras instâncias da UFCA. O início do processo não nos dava garantias de que fosse efetivado, e não havia qualquer clareza de como o processo se daria, ou mesmo se de fato seria deferido em tempo hábil.

Concomitantemente, ao aceitar dar prosseguimento ao processo de redistribuição, eu coloquei o cargo de reitora à disposição do MEC, independente das incertezas. Pois achei que era o mais adequado. No entanto, foi pedido que eu ficasse até as eleições na UFCA. Pedido que, aliás, foi feito a todos os reitores pró-tempores que também manifestaram desejo de renunciar. O argumento foi de que seria ruim para as universidades que os reitores saíssem nesse momento de turbulência política. Correndo-se o risco de ser nomeada para o cargo uma pessoa alheia aos processos da instituição. Por conta desse apelo, naquele momento, aceitei continuar.

Para garantir o processo de eleição já definido na UFCA, protocolamos no MEC um ofício com as deliberações do CONSUP acerca dos processos internos que levarão às eleições. Dessa maneira, deixo claro o porquê da pressa no processo e da excepcionalidade de sua tramitação.

Sobre a vaga de reposição que virá da UFC, isso já está garantido. Nenhum processo tramita pelo MEC sem essa contrapartida da instituição que pede o servidor.

Esclarecido os fatos, acrescento que desde quando vim para o Cariri há 8 anos, não me imagino em outro lugar, apesar dos inúmeros convites que sempre recebi. Não quero sair daqui. E não vou nunca sair daqui. Construí minha vida e minha casa aqui.



Durante esses anos, a minha dedicação à UFCA foi integral, em detrimento da minha vida e da minha saúde. O que hoje me cobra um preço alto. Mas essa foi uma escolha de vida. Assim como é necessária nova escolha agora. E pela escolha de vir para cá, tive a oportunidade única e extraordinária de ver sonhos se realizando. Vi a universidade nascendo ainda no Campus. Lutei ferrenhamente pelo respeito aos ideais dessa comunidade acadêmica. Defendi com todas as minhas forças os interesses da UFCA. Acima de tudo, lutei para criarmos efetivamente a chance de mudar para melhor essa região, incluindo e empoderando sua população. E vi essa universidade florescer, fruto do trabalho, do compromisso e da dedicação de todos, em especial dos gestores que, como eu, se dedicaram completamente a essa missão de construir a UFCA. Assim, é com um sentimento misto de alegria por ver tudo que conquistamos, e de tristeza por ter que me afastar, mesmo que parcialmente do Cariri, que tomei a decisão de seguir com o processo de redistribuição. Essa redistribuição não me afastará do Cariri, nem das pessoas que estão aqui e fazem parte da minha vida, e muito menos dos meus trabalhos como pesquisadora que estão aqui. Mas preciso, nesse momento da minha vida, cuidar de mim. Caso contrário, não poderei continuar lutando pelo que acredito.

Dadas essas explicações, informo que ponho o cargo de reitora da UFCA à disposição e que entregarei minha renúncia ainda hoje. O Vice-Reitor assume interinamente até que o novo ministro resolva como procederá.

Aproveito para reiterar o meu apreço, admiração e respeito por cada gestor. E agradeço pelo empenho com que se dedicaram à construção da UFCA. **Temos hoje uma universidade, e nada pode mudar isso.**

Reafirmo meu imenso amor pela UFCA e pelo Cariri.

Agradeço imensamente a compreensão e solidariedade que tenho recebido de quase todos que fazem a UFCA. E conto com o bom senso e a serenidade de todos nesse momento de transição. Estou e estarei sempre à disposição da UFCA.

Abraço forte em cada um!

Suely Chacon



NOTA DO CENTRO ACADÊMICO XICO SÁ SOBRE A REDISTRIBUIÇÃO DA REITORA DA UFCA, PROFª SUELY SALGUEIRO CHACON.

O Centro Acadêmico Xico Sá do curso de jornalismo da Universidade Federal do Cariri, por meio desse instrumento de comunicação, torna público o posicionamento assumido pelxs estudantes e pelxs estudantes do curso em assembleia realizada na última quinta-feira, 19, sobre a redistribuição da professora Suely Chacon, até então reitora dessa instituição. Entendemos que a professora Suely Chacon feriu os preceitos da moralidade de uma gestão pública comprometida com a coletividade e transparência nas tomadas de decisão, ao optar pela condução do seu processo de redistribuição não seguindo o trâmite reconhecido e validado na UFCA — colegiado de curso, unidade acadêmica-, claramente, aproveitando-se do cargo de reitora para facilitar a redistribuição e atender a interesses particulares. Algo que se agrava mais ainda com a suspeita de que a recente redistribuição da profa. Verônica Salgueiro, irmã da reitora, tenha ocorrido favorecimento pela posição da irmã na universidade. Portanto, configurando-se em situação de conflito de interesses.

Em um segundo momento, afirmamos a necessidade de uma comunicação efetiva, participativa, inclusiva e intrinsecamente ligada a utilidade pública. Descentralizada e focada no fortalecimento do trabalho coletivo para a construção de uma universidade popular e de qualidade. Assim, repudiamos o silêncio da reitoria na visível tentativa de mascarar a redistribuição, prestando esclarecimentos mínimos somente depois de pressionada pelos servidores e discentes.

A nós, o comunicado deveria ter sido feito previamente, antes de aberta qualquer solicitação, antes de conversar sobre o assunto com o professor Jesualdo Farias, Secretário de Educação Superior do MEC, como estava descrito na primeira nota enviada pela profa. Suely Chacon ao Conselho Superior da UFCA (Consup). A reitoria, bem como o reitor em exercício, deve informar, explicar e prestar esclarecimentos do tipo a toda comunidade acadêmica antes de qualquer pessoa, independente do papel ou posição no poder que esta assuma.

Condenamos, o segundo silêncio criado, aparentemente para esquecer o caso da redistribuição, após a informação de que o vice-reitor Ricardo Ness já estava negociando para assumir o cargo de reitor, logo a comunidade acadêmica seria beneficiada por ser descartada a possibilidade de um interventor a par das singularidades da UFCA. Lembremos que essa instituição ainda está sobre a regime Pro tempore, não podendo ser ignorada uma possível intervenção na gestão superior, até que façamos eleição para reitor. Não podemos de maneira alguma nos calarmos, fechar os olhos ou tampar os ouvidos para esses acontecimentos recentes na universidade, pois se assim fizermos estaremos sendo coniventes com práticas incompatíveis com a gestão pública, que enfraquecem a luta por uma educação verdadeiramente de qualidade que tanto lutamos. Ainda podendo correr o risco, caso provado, de agirmos contra a lei vigente nesse país.

Por conseguinte, reclamamos: que seja investigado o processo pelo qual se deu a redistribuição das professoras Suely Chacon e Verônica Salgueiro; que a profa. Suely venha a público explicar



o ocorrido; que se procurem meios internos para normatizar as redistribuições de servidores e barrar o vício em atender interesses particulares no sistema público; reclamamos ainda que se reflita sobre a nomeação de cargos de confiança na UFCA, como por exemplo a necessidade da reitoria ter quatro assessores especiais, quando a Universidade Federal do Ceará nos seus mais de 60 anos, possui três assessores especiais. Por fim, reafirmamos nosso posicionamento descrito ao longo desse pronunciamento e pedimos licença ao Instituto Interdisciplinar de Sociedade Cultura e Arte para fazermos uso de sua reflexão sobre as instituições federais de ensino superior: "Que Universidade Queremos?".

Assina:

Centro Acadêmico de Jornalismo Xico Sá Centro Acadêmico de Administração Pública da UFCA

Nota do Centro Acadêmico Xico Sá sobre a redistribuição da reitora da UFCA, Profa. Suely Chacon

O Centro Acadêmico Xico Sá do curso de jornalismo da Universidade Federal do Cariri, por meio desse instrumento de comunicação, torna público o posicionamento assumido pelxs estudantes e pelxs estudantes do curso em assembleia realizada na última quinta-feira, 19, sobre a redistribuição da professora Suely Chacon, até então reitora dessa instituição.

Entendemos que a professora Suely Chacon feriu os preceitos da moralidade de uma gestão pública comprometida com a coletividade e transparência nas tomadas de decisão, ao optar pela condução do seu processo de redistribuição não seguindo o trâmite reconhecido e validado na UFCA — colegiado de curso, unidade acadêmica-, claramente, aproveitando-se do cargo de reitora para facilitar a redistribuição e atender a interesses particulares. Algo que se agrava mais ainda com a suspeita de que a recente redistribuição da profa. Verônica Salgueiro, irmã da reitora, tenha ocorrido favorecimento pela posição da irmã na universidade. Portanto, configurando-se em situação de conflito de interesses.

Em um segundo momento, afirmamos a necessidade de uma comunicação efetiva, participativa, inclusiva e intrinsecamente ligada a utilidade pública. Descentralizada e focada no fortalecimento do trabalho coletivo para a construção de uma universidade popular e de qualidade. Assim, repudiamos o silêncio da reitoria na visível tentativa de mascarar a redistribuição, prestando esclarecimentos mínimos somente depois de pressionada pelos servidores e discentes.

A nós, o comunicado deveria ter sido feito previamente, antes de aberta qualquer solicitação, antes de conversar sobre o assunto com o professor Jesualdo Farias, Secretário de Educação Superior do MEC, como estava descrito na primeira nota enviada pela profa. Suely Chacon ao Conselho Superior da UFCA (Consup). A reitoria, bem como o reitor em exercício, deve informar, explicar e prestar esclarecimentos do tipo a toda comunidade acadêmica antes de qualquer pessoa, independente do papel ou posição no poder que esta assuma.

Condenamos, o segundo silêncio criado, aparentemente para esquecer o caso da redistribuição, após a informação de que o vice-reitor Ricardo Ness já estava negociando para assumir o cargo de reitor, logo a comunidade acadêmica seria beneficiada por ser descartada a possibilidade de um interventor a par das singularidades da UFCA. Lembremos que essa instituição ainda está sobre a regime *Pro tempore*, não podendo ser ignorada uma possível intervenção na gestão superior, até que façamos eleição para reitor.

Não podemos de maneira alguma nos calarmos, fechar os olhos ou tampar os ouvidos para esses acontecimentos recentes na universidade, pois se assim fizermos estaremos sendo coniventes com práticas incompatíveis com a gestão pública, que enfraquecem a

luta por uma educação verdadeiramente de qualidade que tanto lutamos. Ainda podendo correr o risco, caso provado, de agirmos contra a lei vigente nesse país.

Por conseguinte, reclamamos: que seja investigado o processo pelo qual se deu a redistribuição das professoras Suely Chacon e Verônica Salgueiro; que a profa. Suely venha a público explicar o ocorrido; que se procurem meios internos para normatizar as redistribuições de servidores e barrar o vício em atender interesses particulares no sistema público; reclamamos ainda que se reflita sobre a nomeação de cargos de confiança na UFCA, como por exemplo a necessidade da reitoria ter quatro assessores especiais, quando a Universidade Federal do Ceará nos seus mais de 60 anos, possui três assessores especiais.

Por fim, reafirmamos nosso posicionamento descrito ao longo desse pronunciamento e pedimos licença ao Instituto Interdisciplinar de Sociedade Cultura e Arte para fazermos uso de sua reflexão sobre as instituições federais de ensino superior: "Que Universidade Queremos?".

Assina:

Centro Académico de Admistração Riblica da Esta